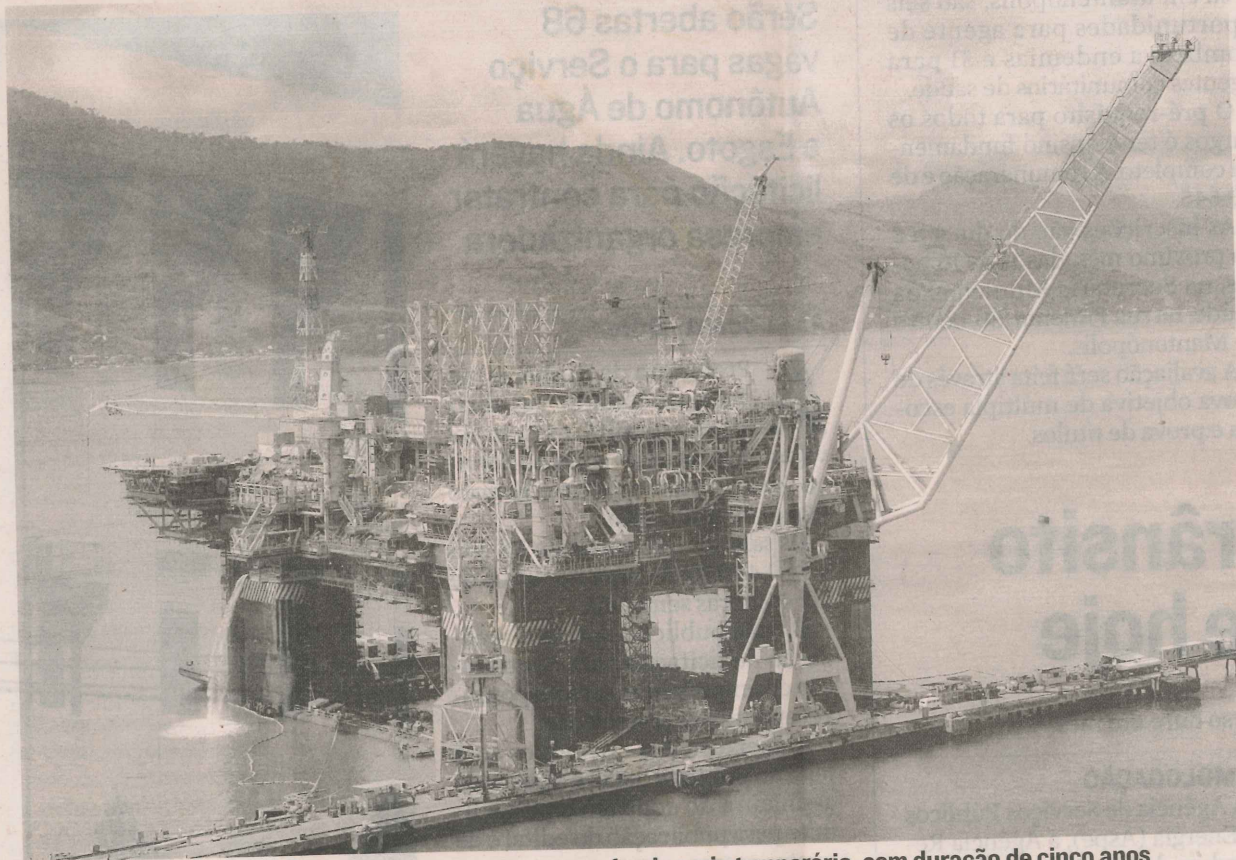


Estados produtores fecham proposta sobre royalties

Governadores do Espírito Santo, Rio e São Paulo querem criação de fundo para estados que não produzem petróleo

ARQUIVO/AT



PLATAFORMA DE PETRÓLEO: conforme a proposta, o fundo seria temporário, com duração de cinco anos

BRASÍLIA

Os estados produtores de petróleo – Rio, Espírito Santo e São Paulo – fecharam sua proposta para barrar a divisão total dos royalties e participações especiais (PEs) do petróleo, como exigem os demais estados.

O texto acordado prevê a destinação de metade da renda corrente auferida pela União – ou seja, receitas com as áreas já licitadas do pós e do pré-sal sob o regime de concessão – a um fundo a ser rateado com cidades e estados não produtores. Considerando a previsão de arrecadação do governo federal neste ano com royalties e PEs, isso significaria um montante de R\$ 5 bilhões.

Dependendo da velocidade de acordo e aprovação pelo Congresso, o bolo já seria repartido em 2012.

A proposta será discutida na quinta-feira, em Brasília, com os governadores do Nordeste, representados por Marcelo Déda (PT-SE) e Eduardo Campos (PSB-PE).

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, que está coordenando as discussões, disse que aguarda resposta sobre uma audiência com a presidente Dilma Rousseff. Caberá a ela dar aval à negociação, uma vez que a propos-

ta transfere a fatura da briga federativa à União.

Conforme a proposta, o fundo seria temporário, com duração de cinco anos até que os recursos do pré-sal a ser licitado sob regime de partilha comecem a ser arrecadados.

Os critérios de distribuição entre estados e municípios seriam os mesmos que regem os Fundos de Participação Estaduais (FPE) e municipais (FPM).

Para isso, seria negociada uma

emenda ao projeto 8051/2010, que inclui estados e municípios não produtores na distribuição de royalties do petróleo.

Casagrande destacou que a solução seria uma forma de atender à demanda dos estados e municípios, sobretudo do Nordeste por mais recursos de forma mais rápida.

Perguntado se a União vai aceitar a fatura, ele respondeu que, na prática, o governo federal estará fazendo uma antecipação de re-

curso: “Com o sistema de partilha, a União vai ficar com uma boa parcela dos recursos e poderia fazer uma antecipação.”

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, disse ontem que desconhece a proposta, mas que os prefeitos estão abertos ao diálogo.

“Tem que mexer na concessão, porque o regime agora é de partilha. O que foi contratado pela concessão é o que nós estamos discutindo”.